

DIPLOMACIA CULTURAL: marcos conceituais

Tamy Rocha Rebelo¹
Luciene Patrícia Canoa de Godoy²
Rodolfo Pereira das Chagas³

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de discutir o conceito de diplomacia cultural, realçando o envolvimento de atores estatais e não-estatais na sua promoção. A partir de literatura que resgata a dimensão cultural e de exemplos do caso brasileiro, argumenta-se que o Estado se depara com uma nova frente de ação, que extrapola o domínio de seus oficiais, fato que amplia seu alcance. Ao refletir sobre o conceito de diplomacia cultural, percebe-se que não só os agentes estatais são responsáveis por atividades diplomáticas, mas também representantes da sociedade civil, fundações artísticas e empresários, que levam adiante símbolos e imagens disseminados internacionalmente como elementos da cultura nacional. Conclui-se, portanto, que a diplomacia cultural tem sido levada adiante por representantes de setores público e privado, desde que imbuídos do propósito de apresentar expressões culturais do país para um público internacional.

Palavras-chaves: Diplomacia Cultural; Cultura; Interculturalidade.

ABSTRACT

This article aims to discuss the concept of cultural diplomacy, highlighting the involvement of state and non-state actors in its promotion. Based on literature that rescues the cultural dimension and examples from the Brazilian case, it is argued that the State is faced with a new front of action, which goes beyond the domain of its officers, a fact that expands its reach. When reflecting on the concept of cultural diplomacy, it is clear that not only state agents are responsible for diplomatic activities, but also representatives of civil society, artistic foundations and businesspeople, who carry out symbols and images disseminated internationally as elements of national culture. It is concluded, therefore, that cultural diplomacy has been carried out by representatives of the public and private sectors, as long as they are imbued with the purpose of presenting the country's cultural expressions to an international audience.

Keywords: Cultural Diplomacy; Culture; Interculturality.

¹ Doutora em Relações Internacionais pela USP e professora de graduação e pós-graduação do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

² Doutora em Geografia Humana pela USP e professora de graduação e pós-graduação do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

³ Doutor em Geografia Humana pela USP e professor de graduação e pós-graduação do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Introdução

A expressão “diplomacia cultural” tem sido amplamente utilizada por atores estatais e não-estatais, em meios acadêmicos e políticos. Usualmente, o conceito aparece atrelado às práticas de representantes de governos e de organizações internacionais, que estabelecem conexões culturais como forma de avançar interesses nacionais e transnacionais. De forma crescente, o termo também tem sido atribuído às práticas culturais que vão além do comportamento de oficiais de Estado, levadas adiante por indivíduos e entidades da sociedade civil movidos por normas, ideais e princípios.

Ainda que o termo diplomacia cultural esteja ocupando espaço significativo no discurso corrente de política internacional, há uma falta de clareza sobre a definição do que se entende por este termo, bem como as práticas que envolve, por quem pode ser praticada e quais os principais impactos para as relações globais. Definir diplomacia cultural apenas como uma modalidade da ação do Estado limita a compreensão sobre a complexidade das relações em um meio internacional globalizado e plural. O uso recorrente, porém, aleatório da expressão, também dificulta a sistematização de conhecimento teórico e prático sobre suas dinâmicas.

No Brasil, poucos são os trabalhos que engajam com a terminologia e mobilizam literatura pertinente da área de Relações Internacionais (RIs) para oferecer adequados parâmetros conceituais e teóricos. Logo, o desafio deste artigo é o de esclarecer o conceito de diplomacia cultural, promovendo uma reflexão sobre processos e atores que promovem a cultura no meio internacional.

Com vistas a somar-se às pesquisas existentes (BIJOS; ARRUDA, 2010; SADDIKI, 2009; SOARES, 2008), este artigo possui dois objetivos centrais. O primeiro é apresentar o conceito de diplomacia como recurso fundamental do Estado, recorrendo à narrativa tradicional da disciplina de Relações Internacionais. Mais especificamente, tomando por base as duas principais correntes teóricas do *mainstream* das Relações Internacionais, realismo e liberalismo, é possível verificar que o debate sobre diplomacia é centrado na figura estatal. Argumenta-se, neste sentido, que considerações sobre diplomacia historicamente estão vinculadas às relações entre Estados.

O segundo objetivo é o de ressaltar a multiplicidade de atores internacionais, para além do Estado, que também são responsáveis pela prática de diplomacia cultural. Para isso, toma-se como base exemplos do caso brasileiro, que ainda é pouco explorado em estudos de Relações Internacionais. A percepção de que diplomacia é uma prática exclusivamente estatal é problematizada, reforçando o protagonismo de atores diversos na configuração de eventos globais. Por meio da mobilização da literatura teórica, fundamentalmente de estudos que focam na dimensão cultural, argumenta-se que a compreensão de práticas da diplomacia cultural requer análises que englobem governos e outras entidades (sociedade civil, institutos e fundações culturais, centros de pesquisa, empresariado etc.).

O artigo é apresentado em três seções. A primeira apresenta uma breve discussão sobre diplomacia nas Relações Internacionais. A ideia é situar as discussões sobre diplomacia cultural como parte de elaborações mais gerais sobre as práticas do Estado, de um lado, e de relações entre outros atores, a exemplo de representantes não-estatais, de outro. A segunda seção explora os diversos entendimentos da diplomacia cultural, tentando extrair aspectos comuns que ofereçam uma apreensão sistematizada da terminologia. Na última seção, exemplos são oferecidos como forma de facilitar a interpretação sobre diplomacia cultural, apontando lacunas e tentando supri-las com reflexões a partir do contexto brasileiro. Conclui-se que o conceito de diplomacia cultural permite um diálogo produtivo com conteúdo das relações internacionais e de outras áreas das ciências humanas.

Diplomacia e relações internacionais

Um dos principais pensadores teóricos das Relações Internacionais, Raymond Aron, escreveu na famosa obra *Paz e Guerra entre as Nações* (1962) sobre o papel central da diplomacia para o funcionamento das relações interestatais. Segundo ele, há que se pensar no papel exercido por duas figuras centrais. De um lado, o diplomata, representante oficial do Estado em momentos de conversações e entendimentos sobre como proceder diante de possíveis atritos ou alianças entre nações. Do outro, o soldado,

que entra em cena quando as negociações falham, como em tempos de guerra (ARON, 2018).

Seguindo a linha de raciocínio de Aron, é possível extrair que a diplomacia é considerada o domínio de oficiais do Estado, no contexto de afirmação da autoridade política moderna. As relações diplomáticas se tornaram comuns, servindo tanto para a negociação dos interesses estatais quanto para a troca de informações. Nesse sentido, diplomacia é uma ferramenta essencial da política externa de um país (FIGUEIRA, 2017). Os chefes de Estado negociam e colaboram com outros líderes mundiais para firmar acordos e/ou prevenir conflitos. Como pontuam Jackson e Sorensen (2018, p. 55), “os Estados defendem a ordem e a justiça no sistema estatal, principalmente por meio das regras do direito internacional, das organizações internacionais e da diplomacia.” As habilidades de comunicação estão, portanto, atreladas diretamente ao alcance de interesses nacionais.

Uma definição útil do termo diplomacia refere-se ao gerenciamento das relações internacionais por meio processos de “negociação, formação de acordos e assinatura de tratados e o exercício de influência e pressão pelos Estados realizados por meio de canais de comunicação diplomáticos” (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2015, p. 14). De fato, a negociação é amplamente considerada como a essência das relações internacionais - negociar um tratado, chegar a um acordo executivo ou barganhar com outro Estado os termos de um acordo proposto (VIOTTI, KAUPPI, 2012).

A ênfase no Estado como principal ator diplomático – seja agindo por conta própria ou dentro de organizações internacionais, alianças e outras coalizões – é consistente com a perspectiva teórica realista das Relações Internacionais. Com base neste entendimento, uma análise sobre práticas diplomáticas contempla ações de presidentes, primeiros-ministros, secretários de Estado, embaixadores e diplomatas no meio internacional. Os teóricos liberais, por sua vez, também entendem a importância dos Estados, mas tendem a considerar funcionários de organizações internacionais e não-governamentais como atores importantes. Dentro deste recorte, as ações tomadas

por indivíduos que não necessariamente carregam títulos do governo devem ser consideradas na análise sobre ganhos e custos políticos (FIGUEIRA, 2017).

Sendo assim, é possível considerar que, na atualidade, o alcance de objetivos nacionais pode ser atribuído a diferentes representantes, ainda que mais comumente por aqueles sancionados pelo Estado. Abre-se espaço discursivo e cresce o interesse político para entender como práticas diplomáticas, notadamente as de teor cultural, podem auxiliar no gerenciamento de relações globais. Não há como negar que a diplomacia cultural é um fenômeno recente, que envolve atores com agendas e interesses distintos. Portanto, cabe-nos refletir sobre sua utilidade e aplicabilidade para a melhor compreensão do ambiente internacional.

Entendimentos da diplomacia cultural

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a diplomacia cultural se refere à relação entre países com o objetivo de estreitar seu relacionamento, facilitar a cooperação mútua e permitir câmbios culturais que sejam parte de objetivos políticos e econômicos de seus governos. Neste sentido, para que as ações ligadas a este campo deem resultado, é fundamental que exista um diálogo intercultural, o qual pressupõe uma via de mão dupla, ou seja, não basta apenas transmitir ao outro a cultura e os valores nacionais; é necessário estar aberto a receber elementos de difusão cultural de outras nações.

Quando se fala em diálogo intercultural, deve-se compreender que a interculturalidade deriva da ideia de reconhecer as diferenças culturais e propor alternativas para a integração destes “diferentes”. A interculturalidade refere-se ao diálogo e aprendizagem mútua entre culturas em condições de igualdade, além de buscar produzir sociedades integradas e relações simétricas entre culturas. Afirma Barros (2011, p.79), que desenvolver interculturalidade permite que se crie a possibilidade de gerar entendimentos entre as partes, motivação, empatia, além de restabelecer confiança entre o eu e outro. Desta forma, a diplomacia cultural tem maior efetividade quando o Estado apreende os elementos de sua própria cultura ao representá-la e sabe como acolher e respeitar os elementos culturais do(s) outro(s) Estado(s) com que vai se relacionar, denotando um diálogo intercultural.

Nesta perspectiva, vale lembrar que o conceito de cultura também tem uma multiplicidade de acepções. Segundo Eagleton (2011, p.09), o termo cultura é “considerado uma das palavras mais complexas de nossa língua e por vezes é entendido como oposto de natureza”. Para o autor, “a cultura é uma questão de seguir regras [...] que não são nem puramente aleatórias, nem rigidamente determinadas – o que quer dizer que ambas envolvem a ideia de liberdade”. Estas regras são estabelecidas e modificadas a partir das convenções sociais que norteiam a cultura de um povo. Estas convenções sociais diferenciam a cultura de cada povo. À medida que as ações ligadas à diplomacia cultural intensificam, externamente, algumas das representações que determinam o comportamento de seus membros, reforça-se a possibilidade de afirmação de identidade(s) nacional(is) e, por conseguinte, a diminuição da construção de estereótipos.

Segundo Novais (2020, p.60), a diplomacia cultural “existe desde que pessoas de diferentes localidades começaram a manter contato. Afinal, as sociedades têm se constituído a partir do intercâmbio de culturas, de formas particulares de sobrevivência e reinvenção do mundo”. Neste sentido, a cultura se torna vetor importante para a inserção internacional de um país, pois reforça o discurso da diversidade e diferença em relação ao outro. Não obstante, deve-se reconhecer que “os fatores econômicos permanecem sendo os grandes norteadores das ações dos países por meio das definições de suas políticas externas” (Novais, 2020, p.59).

De acordo com Ribeiro (2011, p.31), o universo da diplomacia cultural abrange, entre outros temas, a questão do intercâmbio de pessoas, da promoção da arte, do ensino da língua, do apoio da projetos de cooperação intelectual e cooperação técnica etc. Neste rol de possibilidades, percebe-se que não só os agentes estatais são responsáveis por estas atividades, mas também representantes da sociedade civil, que têm intrínseca relação com os símbolos e imagens que podem ser disseminados internacionalmente como elementos da cultura nacional. Pode-se citar o *Brazilian Day*, que existe desde a década de 1980, e que além de levar artistas nacionais aos brasileiros que moram fora do país, passou a ser um evento de aproximação da cultura brasileira, sobretudo da música, a uma audiência internacional.

Há também as agências autônomas não-governamentais, como institutos e fundações culturais, que têm objetivo fomentar a cultura nacional em território estrangeiro, através de ensino de idiomas, festivais gastronômicos, mostras de cinema, exposições de arte etc. Podem ser citados o Instituto Cervantes e a Aliança Francesa, ambos autônomos, mas ligados aos governos de Espanha e França, respectivamente. Por esta razão, pode-se afirmar que o diplomata cultural é todo e qualquer indivíduo, organização ou entidade, pública ou privada, que se manifeste em eventos culturais e represente o país para um público internacional.

As relações culturais, de acordo com Mesquita (2012, p.268), perseguem o entendimento para que possam ser rompidos os estereótipos fincados no inconsciente que são cultivados pela hostilidade em relação em estrangeiro. Como exemplo deste rompimento de estereótipos a partir das relações culturais, cita Crespo (2012) que quando o filme “O Cangaceiro” foi apresentado no Festival de Cannes, em 1953, foi feita a ressalva no início da legenda do filme de que a situação do cangaço estava extinta no país e representava um período da história brasileira, não mais na época em que foi exibido.

Diplomacia Cultural: exemplos do caso brasileiro

Com base no exposto nas seções anteriores, percebe-se que, apesar da pouca sistematização sobre o conceito de diplomacia cultural, seu uso tem-se ampliado, refletindo as mudanças contemporâneas que incidem sobre o tema. Utilizando-se de casos práticos que envolvem a diplomacia brasileira, é possível perceber as mudanças discutidas neste artigo.

Como exemplos da diplomacia cultural centrada na ação dos diplomatas e oficiais do Estado, pode-se citar os eventos culturais organizados pelos consulados. Já para os que extrapolam a esfera estatal, têm-se as partidas de futebol da seleção brasileira organizadas por oficiais do Estado brasileiros e a atuação de alguns artistas, notadamente da música, como diplomatas culturais.

Os consulados brasileiros normalmente organizam exposições com artistas brasileiros de forma a divulgar a cultura para os brasileiros que vivem no exterior e para os estrangeiros que desejam conhecer um pouco mais sobre o país. Normalmente estes eventos são estruturados nos prédios dos consulados ou embaixadas que, por sua localização privilegiada, costumam atrair um público bastante diverso. Adicionalmente, as embaixadas e consulados organizam também eventos gastronômicos (usualmente feijoadas) e festas típicas brasileiras como as festas juninas, de forma a (1) promover acolhimento cultural para os brasileiros residentes no exterior e (2) divulgar a cultura brasileira no exterior.

A vinculação do país a artistas, obras e esportes, de forma institucionalizada pelo Estado brasileiro adquiriu contornos mais contemporâneos a partir de 1995. Quando em visita oficial à China, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi acompanhado de Lucélia Santos, atriz que havia protagonizado a novela *Escrava Isaura*. Esta novela, originalmente produzida pela TV Globo em 1976, foi vendida para aproximadamente 80 países, transformando a protagonista em celebridade internacional. Em 1985 a novela foi transmitida na China, cativando o público local. Lucélia Santos tornou-se a primeira e única pessoa estrangeira a ganhar o prêmio *Águia de Ouro* de melhor atriz na China.

Ao solicitar a presença da atriz para a visita oficial à China, Fernando Henrique Cardoso atraiu a atenção tanto da população quanto da mídia local, visto que à época, jornalistas de todo o país foram para Pequim para entrevistá-la. A passagem da atriz virou um documentário na televisão chinesa, "*Isaura em Pequim*", no qual é possível perceber a dificuldade de locomoção dada a quantidade de pessoas que querem vê-la. A recepção do presidente bem como atenção dada para a sua visita oficial, ganharam outra dimensão justamente por incluir a artista na comitiva oficial do governo.

Com relação à utilização da seleção brasileira de futebol como um instrumento de diplomacia cultural, pode-se citar o evento *Jogo da Paz* organizado no Haiti em 2004 pelo governo brasileiro, em parceria com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e Exército brasileiro. O jogo foi realizado em 08 de agosto de 2004, aproximadamente um

mês antes de o Brasil assumir o comando da Missão de Paz das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

O povo haitiano possui um vínculo especial com a seleção brasileira desde 1970, ano em que ocorreu a primeira transmissão a cores dos jogos do torneio e que o Brasil se tornou tricampeão mundial com Pelé, Rivelino e Carlos Alberto Torres. Em 2002, após a conquista do pentacampeonato com Ronaldo Fenômeno, Ronaldinho Gaúcho, Rivaldo, Kaká e Cafu, a seleção brasileira estava no auge, fato que foi reforçado com a conquista da Copa América em 2004 que antecedeu o Jogo da Paz. O evento mobilizou uma parte significativa da população haitiana que torceu e viu a seleção brasileira ganhar de 6 a 0 da seleção do Haiti. Um mês depois o Brasil foi anunciado como comandante da MINUSTAH e o Jogo da Paz foi visto como um gesto de boa-vontade do Brasil com o povo haitiano. A MINUSTAH explorou bastante esse evento, utilizando o carinho do povo haitiano com a seleção brasileira para criar laços da população com os soldados brasileiros⁴.

Por fim, é importante salientar a atuação de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura entre 2003 e 2008. Gil foi um dos artistas idealizadores do movimento Tropicalista, que em sua essência pregava a combinação entre os diversos tipos de expressão cultural brasileira com a cultura pop internacional. A ideia do movimento possibilitou que Gilberto Gil estabelecesse conexões internacionais com as expressões artísticas de diversos países, fato que se intensificou com o seu exílio durante a ditadura militar. À frente do Ministério da Cultura procurou selar um compromisso do poder público com a cultura, além de difundir a cultura brasileira internacionalmente. Neste sentido é impossível não lembrar a atuação de Gilberto Gil cantando “Toda Menina Baiana” na abertura da Assembleia Geral da ONU de 2003, em que Koffi Annan, presidente da ONU à época, fez a percussão no atabaque. Essa foi uma das diversas demonstrações artísticas de Gil no exterior que procuraram reforçar a cultura brasileira.

⁴ Para maiores informações a respeito sobre os desdobramentos do Jogo da Paz na MINUSTAH recomenda-se o documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui” de João Dornelas e Caito Ortiz.

Conforme discutido no presente artigo, a diplomacia cultural não se restringe às ações conduzidas pelos oficiais do Estado brasileiro. Esse é o caso do *Brazilian Day*, citado na seção anterior, evento que começou em Nova Iorque em 1984, nas imediações da área conhecida como *Little Brazil* e inspirou outros *Brazilian days* em outras cidades do globo como Tóquio, Lisboa, Toronto, Los Angeles e Luanda. Idealizado por João de Matos, líder da comunidade de brasileiros na cidade de Nova Iorque, passou a contar com o apoio institucional da TV Globo Internacional que consegue garantir a presença de celebridades brasileiras ao evento. O objetivo do *Brazilian Day* é levar a cultura brasileira para os brasileiros que vivem nestas cidades, mas o evento adquiriu tais proporções que hoje leva a cultura brasileira para todos que estão nestas cidades, garantindo bastante cobertura de mídia durante a sua realização. Apesar de o Estado brasileiro não estar diretamente envolvido com a ação, o evento consta nos calendários dos consulados brasileiros, indicando sua importância para a diplomacia cultural do país.

Para exemplificar as mudanças contemporâneas que incidem sobre a diplomacia cultural, deve-se observar a atuação da cantora brasileira Anitta, artista com ampla projeção nacional e internacional. Vinda do movimento *funk*, conquistou um grande público no Brasil e foi lançada à condição de diplomata cultural durante o evento de abertura dos Jogos Olímpicos de 2016, que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. As olimpíadas estão entre os eventos esportivos mais vistos do mundo, e os países procuram aproveitar a ocasião para divulgar sua cultura, além de seus principais pontos turísticos. É uma oportunidade para reforçar os valores culturais para a comunidade internacional e, na ocasião, foi escolhida a cantora Anitta, juntamente com os cantores Caetano Veloso e Gilberto Gil, para entoar a música “Isto aqui, o que é”, de Ary Barroso. Foi como se o governo brasileiro estivesse articulando espaços para os novos artistas e as novas expressões culturais brasileiras.

A atuação de Anitta é um exemplo importante para as mudanças recentes que incidem sobre o tema. Ao construir sua carreira internacional, a artista procurou levar a representação do Brasil real, distanciando-se do imaginário de Copacabana por meio da introdução das favelas e Piscinão de Ramos em seus clipes. A aproximação da cantora à cultura pop internacional a transformou em um fenômeno de público e prêmios

musicais internacionais, tendo destaque para a conquista do American Music Award (AMA) em 2022. Sua presença passou a representar o país, mesmo a contragosto do governo daquele ano.

O leque temporal entre 2016 (abertura dos Jogos Olímpicos) e 2022 coincide com a mudança de governo e, conseqüentemente, mudança de rumos políticos para o país. O Brasil de Michel Temer (presidente à época das Olimpíadas) é bastante diverso do Brasil de Jair Messias Bolsonaro (presidente do Brasil até o final de 2022). Se em 2016 a artista estava disposta a reforçar a imagem do país no exterior, durante o governo de Bolsonaro a cantora utilizou toda a força da sua imagem para questionar e deslegitimar as ações do governo. Adicionalmente, enquanto Ernesto Araújo foi Ministro das Relações Exteriores (2019-2021), havia uma clara intenção de afastar o país da imagem vinculada ao *funk*, e a cantora não foi convidada para participar de nenhum evento oficial do país.

Neste sentido, oficialmente o espaço destinado para cantora realizar a diplomacia cultural foi reduzido, porém sua atuação não diminuiu, o que nos leva ao questionamento central deste artigo, de que a diplomacia cultural não é exercida exclusivamente pelos meios oficiais do Estado brasileiro.

Tem-se assim um desafio do ponto de vista acadêmico e mesmo político. Se por um lado a atuação dos diplomatas culturais se expande e muitas vezes se desloca dos planos estatais, como garantir que as expressões culturais se tornem de fato mecanismos de promoção dos interesses nacionais? Quem define quais são os interesses? O Estado ou o próprio diplomata cultural? Como é possível que o Estado garanta que, uma vez lançado ao posto de diplomata cultural, o artista vá defender o interesse nacional do país naquele momento, daquele governo? Estas questões não serão respondidas no presente artigo, porém espera-se que a discussão conceitual e os exemplos aqui apresentados sirvam de base para o aprofundamento no tema e a pesquisas futuras.

Considerações Finais

A importância da diplomacia cultural ganha novos contornos a partir das mudanças contemporâneas, com novos atores envolvidos neste processo. Se antes, a figura do Estado era predominante e as ações dependiam e aconteciam a partir deste ator, atualmente o Estado também pode se beneficiar de expressões e ações culturais promovidas por diversos atores, que não apenas representantes oficiais, como meio de promover relacionamento com outros países. Expressões culturais que extrapolam as fronteiras nacionais passam a ser relacionadas à imagem do país, sem que esse resultado tenha sido necessariamente produto do engajamento de oficiais do Estado. Neste sentido, a cultura tem crescentemente constituído elemento-chave para a projeção internacional de um país, fazendo com que o Estado consiga usufruir de efeitos, intencionais ou não, provocados pela movimentação de diversos atores na arena internacional.

Referências

ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. WWF Martins Fontes, 2018.

BARROS, Mariana Oliveira. O fator intercultural e as negociações internacionais: desafios e particularidades da cultura brasileira. In. AYERBE, Luis Fernando (org.) Negociações econômicas internacionais: abordagens, atores e perspectivas desde o Brasil. São Paulo, Unesp, 2011.

BIJOS, Leila Maria Dajuda; ARRUDA, Verônica. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. Revista Dialogos, 2010, 13.1.

CRESPO, Flávia Ribeiro. O Itamaraty e a cultura brasileira: 1945-1964. In. SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Monica Leite (org). A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural. Rio de Janeiro, Contracapa, 2012, p. 111-136.

EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Unesp, 2011.

FIGUEIRA, Ariane Roder. INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA-VOL. 1. Saraiva Educação SA, 2017.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea; TABAK, Jana. Organizações internacionais: história e práticas. Elsevier Brasil, 2015.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais—3a edição revista e ampliada: Teorias e abordagens. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LARAIA, Roque Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MATHIAS, Ronaldo. Antropologia e Arte. São Paulo, Claridade, 2014

MESQUITA, Silvana de Queiroz. O papel das seleções reader's digest na estratégia da política cultural norte-americana (1942-1946). In. SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Monica Leite (org). A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural. Rio de Janeiro, Contracapa, 2012, p.265-294.

NOVAIS, Bruno do Vale. O que é diplomacia cultural?. In. Revista Interação, Universidade Federal de Santa Maria, Vol.11, n.02, 2020, p.59-70.

RIBEIRO, Edgar Telles. Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira. Brasília, Funag, 2011.

SADDIKI, Said. El papel de la diplomacia cultural en las relaciones internacionales. Revista CIDOB d'afers internacionals, 2009, 107-118.

SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. Revista brasileira de política internacional, 2008, 51: 53-69.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. International relations and world politics. Pearson Higher Ed, 2012.